

Gustavo Swain Kfourì

**A reconfiguração do modelo
representativo brasileiro originalmente
fixado pela Constituição Federal de
1988 diante da atuação jurisdicional
e a possível realização de um
Estado de Partidos no Brasil**



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2023 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2023 by Gustavo Swain Kfourì.



DIALÉTICA
EDITORA



www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Kariny Martins

Controle de Qualidade

Marina Itano

Capa

Joyce Silva

Diagramação

Joyce Silva

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

Responsabilidade do autor

Auxiliar de Bibliotecária

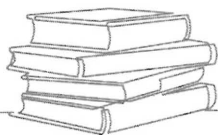
Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Rafael Andrade
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Giovana Teixeira Pereira
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- K44r Kfourì, Swain Gustavo.
- A reconfiguração do modelo representativo brasileiro originalmente fixado pela Constituição Federal de 1988 diante da atuação jurisdicional e a possível realização de um Estado de partidos no Brasil / Gustavo Swain Kfourì. – São Paulo : Editora Dialética, 2023.
536 p.
- Bibliografia.
ISBN 978-65-252-8976-2
1. Constituição Federal de 1988. 2. Democracia Representativa Partidária.
3. Direito. I. Título.

CDD-320

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

13

1. ELEMENTOS DA DEMOCRACIA PARTIDÁRIA 21

1.1. Democracia, Representação Política E Partidos Políticos	21
1.1.1. A Democracia por Hans Kelsen	21
1.1.2. A Representação Política	24
1.1.2.1. Aporte Teórico à Fundamentação da Representação Política	34
1.1.2.2. Os Modelos de Mandatos Político-Representativos	45
1.1.3. Os Partidos Políticos	52
1.1.3.1. O Fenômeno Partidário	57
1.1.3.1.1. <i>A Dimensão Sociológica dos Partidos Políticos</i>	58
1.1.3.1.2. <i>A Dimensão Política dos Partidos Políticos</i>	61
1.2. A Democracia Representativo-Partidária	63
1.3. O Modelo Representativo Da Democracia Partidária	66
1.3.1. A Teoria do Estado de Partidos em Kelsen	72
1.3.2. A Teoria do Estado de Partidos em Thoma	76
1.3.3. A Teoria do Estado de Partidos em Radbruch	77
1.3.4. A Teoria do Estado de Partidos em Koellreutter	79
1.3.5. A Teoria do Estado de Partidos em Schmitt	80
1.3.6. A Teoria do Estado de Partidos em Heller e Triepel	83
1.3.7. A Teoria do Estado de Partidos em Leibholz	84
1.3.7.1. Os Pressupostos para a Existência de um Estado de Partidos	86

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICA DA RELAÇÃO ENTRE A JUSTIÇA ELEITORAL E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	93
2.1. História Da Representação Político-Partidária No Brasil	101
2.2. História Da Justiça Eleitoral Brasileira	111
2.3. A Relação Histórica Entre A Justiça Eleitoral E Os Partidos Políticos No Brasil	121
2.4. A Estruturação Da Justiça Eleitoral Brasileira Na Constituição Federal De 1988	130
2.4.1. Do Supremo Tribunal Federal	130
2.4.2. Do Tribunal Superior Eleitoral	134
2.4.3. Dos Tribunais Regionais Eleitorais	136
2.4.4. Dos Juízes Eleitorais	137
2.4.5. Das Juntas Eleitorais	138
2.4.6. Do Ministério Público Eleitoral	139
2.4.7. Da Advocacia Eleitoral	141
2.5. As Competências Da Justiça Eleitoral Na Constituição Federal De 1988	142
2.5.1. A Função Administrativa	149
2.5.2. A Função Normativa	153
2.5.3. A Função Consultiva	154
2.5.4. A Função Jurisdicional	155
2.6. O Papel Da Justiça Eleitoral Em Relação Aos Partidos Políticos Na Constituição Federal De 1988	156
2.6.1. Frente à Criação dos Partidos Políticos	156
2.6.2. Frente ao Funcionamento dos Partidos Políticos	159
2.6.3. Frente à Extinção dos Partidos Políticos	161

3. O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS ORIGINALMENTE FIXADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A VIRAGEM JURISPRUDENCIAL	165
3.1. O Regime Constitucional Dos Partidos Políticos Até A Constituição Federal De 1988	165
3.1.1. Natureza Jurídico-Constitucional dos Partidos Políticos na Ordem de 1988	168
3.1.1.1. A Autonomia Partidária	175
3.1.1.2. A Disciplina Partidária	181
3.1.1.3. A Fidelidade Partidária	187
3.1.2. O Regime Jurídico-Legal dos Partidos Políticos da Constituição Federal de 1988	193
3.2. O Revigoramento Do Instituto Da (In)Fidelidade Partidária	198
3.2.1. O Novo Regime Jurídico da Fidelidade Partidária	200
3.2.2. A Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a Fidelidade Partidária	201
3.2.2.1. A Consulta n. 1.398/2007	206
3.2.2.2. A Consulta n. 1.407/2007	221
3.2.2.3. A Resolução n. 22.610/2007 – TSE	224
3.2.2.4. As Decisões do Supremo Tribunal Federal	224
3.2.3. Críticas às Decisões Judiciais	245
3.3. A Inaplicabilidade Da Infidelidade Partidária Aos Cargos Majoritários Segundo A Jurisprudência	250

4. A POSSÍVEL REALIZAÇÃO DE UM ESTADO DE PARTIDOS NO BRASIL	257
4.1. O Regime Político-Constitucional Brasileiro	257
4.2. O Partido Político Como Instância De Organização Da Sociedade E Um Instrumento De Realização Democrática	263
4.3. A Reconfiguração Do Modelo Representativo Brasileiro Originalmente Fixado Pela Constituição Federal De 1988	276
4.4. Da Existência Dos Pressupostos Para A Realização Democrático-Partidária No Brasil	286
4.5. As Posições Dissonantes	303
4.6. O Papel Da Justiça Eleitoral Brasileira No Exercício Do Controle Sobre O Mandato Partidário	307
4.7. A Mecânica Da Realização Democrática	315
4.8. A Substância Para A Realização Democrática	327
CONCLUSÃO	337
REFERÊNCIAS	355
NOTAS DE FIM	383